

Dados Estatísticos

Confira, nesta edição, a movimentação processual na Justiça do Trabalho do Paraná durante o ano passado. *p.5*

Tabela do TRT-PR é utilizada nacionalmente

A nova tabela para conversão e atualização de débitos trabalhistas, utilizada nacionalmente desde novembro de 2005, é a mesma implementada pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (a FADT), acrescida de duas casas decimais. *p. 7*

Informatizando

Tornou-se obrigatório o uso do SUAP para ações processuais às quais haja previsão no sistema do TRT-PR. Desta forma, o uso do Word ou do Excel só deve ocorrer quando o sistema não estiver disponível. *p. 6*

Arte e técnica da dobradura de papel no Prata da Casa

Foi aberta, em 17 de fevereiro, a vigésima-quinta exposição do projeto cultural "Prata da Casa" do TRT-PR, no hall de acesso à Biblioteca do TRT - PR. A mostra de origami do servidor Luiz Eduardo Hirata permanecerá até 16 de março. *p.8*

Perfil

Às vezes formiga, às vezes cigarra



Rosi Aparecida de Carvalho, servidora lotada na 1ª Vara do Trabalho de Guaruapuava, descobriu muito cedo sua vocação: o canto. Ela lembra que, juntamente com

seus irmãos, e incentivada por seus pais, começou a participar de corais na escola e na igreja aos cinco anos de idade. *p.8*

Posses de juízes substitutos da Justiça do Trabalho do Paraná



Na foto à esquerda, a presidente do TRT-PR, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, saúda o juiz empossado Sandro Augusto de Souza.

Na foto à direita, o juiz Mário Kohler saúda o juiz empossado Ronaldo Piazzalunga em nome da Amatra-IX

Nos dias 7 e 10 de fevereiro foram realizadas posses de dois juízes substitutos da Justiça do Trabalho do Paraná, Sandro Augusto de Souza e Ronaldo Piazzalunga, respectivamente. Os atos foram no gabinete da Presidência do TRT-PR. Sandro e Ronaldo foram aprovados no 19º concurso para provimento de cargos da carreira inicial da magistratura do Trabalho da 9ª Região, concluído em 2005. *p. 4*

Ciclo de palestras com o ministro Dalazen

Ciclo de palestras com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho João Oreste Dalazen abre oficialmente os trabalhos da Escola de Administração Judiciária do Tribunal do Trabalho do Paraná, em 18 de março, às 10 horas. O magistrado falará, na ocasião, sobre a reforma do Poder Judiciário. A segunda palestra do ministro será em 10 de junho. A Escola fica na Avenida Vicente Machado, 400 - Anexo Administrativo da Justiça do Trabalho em Curitiba. *p. 5*

ENTREVISTA

Juiz Luiz Eduardo Gunther

Corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho

"Prendemos racionalizar e tornar célere o serviço da Corregedoria, possibilitando que em 2006 visitemos todas as varas do estado, quem sabe até mais de uma vez." p. 3



TRT-PR ganha duas Varas em março

Serão instaladas, em 10 e 31 de março, as Varas do Trabalho de Cambé e Santo Antônio da Platina, respectivamente. As unidades judiciárias foram criadas pela Lei 10.770/2003. Com a instalação das duas Varas, a Justiça do Trabalho do Paraná passa a contar com 77 Varas. A futura Vara de Cambé funcionará na Avenida da Esperança, 360. A VT de Santo Antônio da Platina irá funcionar na Rua Treze de Maio, 167. As obras nas duas sedes foram custeadas pelo Tribunal do Trabalho do Paraná, com recursos complementados por emendas dos deputados federais Abelardo Lupion (Santo Antônio da Platina) e Luiz Carlos Haully (Cambé) à Lei Orçamentária de 2005, no valor de R\$ 200 mil para cada localidade. Os terrenos foram doados pelas respectivas Prefeituras Municipais.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Eleitos novos dirigentes do TST

No dia 20 de fevereiro, os ministros do Tribunal Superior do Trabalho elegeram, em sessão extraordinária do Pleno, os novos dirigentes do Tribunal. Foram eleitos à Presidência do TST o atual vice-presidente, ministro Ronaldo Lopes Leal; à Vice-Presidência, o atual corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Rider Nogueira de Brito, e à Corregedoria-Geral, o terceiro ministro mais antigo do TST, Luciano de Castilho Pereira. A posse será em 17 de abril.

Sessão do Pleno do TST abre ano judiciário

O Tribunal Superior do Trabalho abriu, no dia 1º de fevereiro, o ano judiciário de 2006 em sessão de seu Tribunal Pleno, na qual todos os ministros ressaltaram a relevância do momento pelo qual passa a Justiça do Trabalho, com a inauguração oficial da nova sede do TST. A primeira sessão do Pleno foi realizada no novo prédio, no Setor de Administração Federal de Brasília. A sessão solene contou com a participação de ministros da Corte entre outras autoridades. A presidente do TRT-PR, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva esteve presente, acompanhada dos juízes Tobias de Macedo Filho (decano da Corte), Fernando Eizo Ono, Altino Pedrozo dos Santos, Ney José de Freitas e Rosemarie Diedrichs Pimpão (os dois últimos magistrados representando a Escola de Administração Judiciária da Justiça do Trabalho do Paraná) e Amor Lima Neto.

Fórum Internacional

A ministra Maria Cristina Peduzzi, coordenadora do Fórum Internacional sobre Perspectivas do Direito e do Processo do Trabalho, fez um balanço "altamente positivo" do evento, encerrado no dia 3 de fevereiro no TST. Na sua avaliação, o sucesso do encontro foi resultado de três fatores fundamentais: o nível dos palestrantes, a qualificação da platéia e o empenho dos ministros e servidores do TST. O fato de o encontro, realizado no dia posterior à abertura dos trabalhos dos Tribunais, ter tido "casa cheia" foi, de acordo com a organizadora, um indicador da sua importância. "Houve uma reunião de elementos que, congregados, foram essenciais para que atingíssemos nosso objetivo, que era debater as perspectivas e os caminhos para o bom desenvolvimento da prestação jurisdicional", concluiu.

Dalazen toma posse na ANDT

O ministro João Oreste Dalazen tomou posse em 2 de fevereiro na Academia Nacional de Direito do Trabalho como titular da cadeira número sete. A sessão solene de posse foi realizada durante o Fórum Internacional Sobre Perspectivas do Direito e do Processo do Trabalho.

Justiça do Trabalho Responde

O quadro "Justiça do Trabalho Responde" na Rádio Clube B2 - AM (1.430 KHz), contou com a participação dos juízes Marlene Teresinha Fuverki Sugumatsu, Célio Horst Waldruff, Luciano Augusto Coelho e Dirceu Buyz Pinto Junior, no mês de fevereiro. É veiculado às segundas-feiras no programa "Canal Aberto" apresentado por Algaci Túlio, às 9 horas, e faz parte da grade de programação de "Os Repórteres", a partir das 16 horas, na mesma emissora. O "Justiça do Trabalho Responde" também é reprisado pela Rádio Justiça (STF), aos sábados pela manhã. O quadro - resultado de uma parceria entre o TRT-PR, Amatra-IX e a Rádio Clube - visa a esclarecer dúvidas trabalhistas da população, num trabalho do Judiciário voltado à cidadania.

VISITA À PRESIDÊNCIA



No dia 25 de janeiro, a juíza presidente do TRT-PR, Wanda Santi Cardoso da Silva, recebeu comitiva de lideranças políticas, associativas e representantes do município de Palmas, que vieram solicitar a instalação de uma Vara do Trabalho naquela cidade. Estiveram presentes ao encontro a juíza do Trabalho substituta Angélica Cândido Nogara Slomp, o presidente da OAB-PR, Manoel Antônio de Oliveira Franco; o conselheiro da OAB-PR, Auro Mello; e o presidente da AATPr, Oderci Bega. Da OAB de Palmas compareceram o presidente, o vice-presidente e o tesoureiro, respectivamente, Selso Sonza, Raul Boeno e Wilson Morillas. A Câmara Municipal de Palmas foi representada pelos vereadores César Batista e José Bonifácio. O executivo municipal se fez presente através da assessora de planejamento do gabinete do prefeito Vânia Deretti.

AGENDA

Curitiba (PR) - As aulas na Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná têm início em 6 de março. As inscrições estão abertas. Informações na sede da Amatra-IX pelo telefone (41) 3223-8734 ou pelo e-mail ematra@amatra9.org.br.

Rio de Janeiro (RJ) - Estão abertas até 3 de março as inscrições para concurso público para juiz do Trabalho da 1ª Região. Informações: (32) 3721-4216, www.consulplan.com e consulplan@terra.com.br.

Maceió (AL) - O 13º Conamat - Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - será realizado de 3 a 6 de maio, em Maceió, com o tema central: "Magistratura e Transformação social: Trinta anos de luta". Informações no site da Anamatra: www.anamatra.org.br.



Aprimoramento nas atividades correicionais

O juiz Luiz Eduardo Gunther graduou-se em Direito e História em 1977 pela UFPR. Pela mesma instituição superior de ensino, obteve os títulos de mestre (2000) e doutor (2003), em Direito do Estado, com dissertação e tese relativas à Organização Internacional do Trabalho, às quais foi atribuída nota máxima. Natural de Concórdia (SC), lá militou durante dez anos na advocacia, presidindo a seção local da Ordem dos Advogados do Brasil e prestando assessoria jurídica a municípios e entidades sindicais da região. Ingressou na magistratura trabalhista em 1987, após aprovação em primeiro lugar em concurso de provas e títulos na 9ª Região. Foi promovido, sucessivamente e sempre pelo critério de merecimento, à presidência de JCJ (exercida em Londrina, Paranaguá e Curitiba) e ao TRT, em 1988 e 1995, respectivamente. No Tribunal, presidiu a Seção Especializada e a Comissão de Regimento Interno do órgão (biênio 2004/2005), integrando também o Órgão Especial e a 2ª Turma. Ex-presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (1990/1993), o juiz Gunther recebeu no TST, em 1998, o título de Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Participante, como conferencista ou debatedor, de mais de 500 congressos, simpósios, encontros e seminários sobre temas ligados ao Direito do Trabalho, Gunther é professor titular das Faculdades Curitiba (programa de mestrado e cursos de especialização) e professor convidado da Escola Superior de Advocacia da OAB-PR e da Academia Paranaense de Estudos Jurídicos (APEJ). Autor de mais de uma dezena de obras jurídico-literárias, além de livros de poesia e teatro, publica regularmente artigos em revistas especializadas em Direito do Trabalho. Em 7 de novembro de 2005 foi eleito pelos seus pares corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, tendo tomado posse no cargo em 7 de dezembro do mesmo ano.

Diante dos dados estatísticos disponibilizados por seu antecessor na Corregedoria, na sua opinião em quais varas do Trabalho pode-se antever maiores dificuldades para juízes, servidores e jurisdicionados, diante das estruturas material e humana disponíveis e a movimentação processual?

Os nossos maiores problemas quanto à celeridade processual encontram-se naquelas varas que possuem os maiores movimentos do estado, como são os casos daquelas sediadas em Curitiba, Londrina, Maringá, Araucária e São José dos Pinhais. Apesar do esforço dos juízes titulares e substitutos, ainda não é possível assegurar uma “razoável duração do processo” (art. 5º, LXXVIII, CF, conforme EC 45/04). Curitiba recebeu mais duas varas recentemente, e Londrina e Maringá, mais uma. São José dos Pinhais e Araucária também terão mais uma unidade judiciária. Assim, espera-se, em médio prazo, uma redução no período de tempo para solucionar os conflitos trabalhistas.

É tradição no calendário de correições, inspeções anuais em todas as Varas do Trabalho do Paraná. Hoje, com 75 unidades judiciárias será possível realizar estas visitas uma vez por ano em cada unidade? Há estrutura humana e tempo hábil para tal?

Pelo sistema tradicional, não seria possível fazer uma correição ordinária em cada uma das varas do estado do Paraná. A nossa inovação consiste em realizar correições pelo sistema da pré-ata, solicitando previamente informações pelo sistema de informática, somado com a busca de autos nas varas e exame no gabinete da Corregedoria. Esse novo método, que está sendo utilizado em Curitiba, está funcionando muito bem até aqui. Além disso, trimestralmente, nos reuniremos com os juízes nas cidades-pólo (em torno de 7 ou 8 sub-regiões, cujo teste vai ser feito em março), num dia pela manhã, e à tarde faremos audiências públicas, colocando-nos

à disposição das partes e dos advogados. Pretendemos, com isso, racionalizar e tornar célere o serviço da Corregedoria, possibilitando que em 2006 visitemos todas as varas do estado, quem sabe até mais de uma vez. O nosso objetivo é completar um sistema de informações *online* de tal forma que a Corregedoria tenha diariamente, no final da tarde, os dados do que aconteceu em todas as varas do estado, o que permitiria um diagnóstico mais rápido das dificuldades e, conseqüentemente, soluções mais ágeis dos problemas.

Nos TRTs com mais de oito juízes e um número elevado de Varas do Trabalho a atividade correicional é desvinculada da Presidência. Nos tribunais “gigantes”, por seu turno, há a figura adicional do vice-corregedor. A criação de 25 novas unidades de primeiro grau para o Paraná justificaria, no seu entendimento, esse novo cargo na 9ª Região?

Há alguns anos, o nosso Tribunal aprovou um anteprojeto que criava a figura do vice-corregedor, o qual foi encaminhado ao Congresso pelo TST, concordando. Por alguma razão, depois, esse projeto foi retirado, segundo informações, a pedido da nossa própria Administração. Isso aconteceu antes de 1995, quando eu fui promovido ao Tribunal. Penso que, se naquela época havia justificativa, agora muito mais. A Corregedoria precisa ter agilidade para solucionar rapidamente as questões que lhe são submetidas, mas possui um número insuficiente de servidores e apenas um juiz. Precisaria, sim, existir a figura do vice-corregedor, para agilizar os trabalhos na Corregedoria, de tal forma que um fizesse o trabalho fixo e o outro as tarefas de deslocamento, pelo menos. Por enquanto, objetivando um aprimoramento nas atividades correicionais, a nossa presidente, juíza Wanda, acertou com a Corregedoria a implantação de um setor próprio de estatísticas, o que é essencial para o fornecimento de informações e consultas rápidas, e que deve começar a funcionar ainda este mês.

Diante da movimentação processual da 9ª Região, a instalação de novas unidades é bem-vinda. Mas essa prática positiva esbarra em uma situação negativa: a posse de novos magistrados não está no mesmo ritmo da instalação de Varas. Ao seu ver até que ponto o pequeno número de juízes do Trabalho acaba prejudicando a obtenção da celeridade processual?

Sem dúvida, o número insuficiente de juízes substitutos será o nosso maior problema neste ano. Possivelmente não haverá condições de os juízes do primeiro grau usufruírem os 60 dias de férias, mas, apenas 30. Se isso não acontecer, teremos uma situação caótica de substituições e não poderemos manter a presença de juízes auxiliares nas varas de grande movimento. Os concursos sempre são demorados e têm aprovado um número insuficiente de magistrados. Estamos, na medida do possível, tentando criar um quadro mínimo de previsibilidade para o decorrer do ano em relação às férias e designação de juízes. Pensamos, também, em adotar o modelo de Campinas, quanto à escala de férias feita com muita antecedência, e de acordo com as datas previamente estabelecidas.

Quanto à implementação de ouvidorias nos Tribunais Regionais do Trabalho, o senhor é receptivo à prática?

A Ouvidoria é uma experiência interessante. O relato do ombudsman, no jornal Folha de São Paulo, mostra o quanto é importante a análise das críticas e o encaminhamento. No Poder Judiciário, ainda mais, porque prestamos essencial serviço público. A Justiça é tão importante quanto a saúde, educação e segurança. A eventual dificuldade de implementação não pode nos impedir de acreditar que a Ouvidoria é um importante canal de transparência na Justiça do Trabalho, um elo dos que têm reclamações a fazer, e nós, do Judiciário, que devemos respostas à população. Desde que implantada com critérios de transparência, a Ouvidoria é um relevante instrumento na avaliação da cidadania. ■

Posses de juízes substitutos da 9ª Região

Foram realizadas, em 7 e 10 de fevereiro, posses de dois juízes substitutos da Justiça do Trabalho do Paraná, Sandro Augusto de Souza e Ronaldo Piazzalunga, respectivamente. Os atos foram no gabinete da Presidência do TRT-PR.

Sandro e Ronaldo foram aprovados no 19º concurso para provimento de cargos da carreira inicial da magistratura do Trabalho da 9ª Região, concluído em 2005.

OS JUÍZES

Natural de Curitiba, Sandro é bacharel em Direito, turma de 1994, pela Universidade Federal do Paraná. Foi servidor concursado da Justiça do Trabalho do Paraná, tendo atuado nos gabinetes das juízas do TRT-PR Wanda Silva e Eneida Cornel.

Londrinense, Ronaldo formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina e em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dentre as diversas atividades que desempenhou, Piazzalunga foi juiz classista da Justiça do Trabalho, representante dos empregadores, em Londrina.

POSSE JUIZ SANDRO

No ato de posse do juiz Sandro de Souza, discursaram as juízas Wanda Santi Cardoso da Silva (presidente do TRT-PR), Eneida Cornel (em nome da Amatra-IX), além do juiz empossado.

A juíza Wanda lembrou na ocasião, de quando o juiz Sandro iniciou suas atividades em seu gabinete. Segundo a magistrada, o empossado já demonstrava habilidade para a jurisdição. Recomendou que o magistrado mantenha a simplicidade acima de tudo, da primeira à última audiência.

Em seu discurso, o juiz Sandro falou que se sente honrado em integrar o quadro de juízes da 9ª Região da Justiça do Trabalho. Agradeceu, na ocasião, o apoio recebido da família e dos colegas de trabalho, além do aprendizado que obteve das juízas Wanda da Silva e Eneida Cornel, para quem trabalhou como servidor. Ressaltou que a juíza Wanda busca a justiça acima de tudo. "Aprendi com a magistrada sobre Direito e lições de vida", frisou. O magistrado disse, ainda, que a juíza Eneida é um exemplo de pessoa que faz e faz bem. "Ela exige o melhor, fazendo com que a gente se supere", expôs.

Na oportunidade, a magistrada

Eneida Cornel aconselhou ao empossado que continue a trabalhar para a população como bom servidor público. Aproveitou para convidá-lo a associar-se à Amatra-IX, para que não se sinta só ao iniciar a nova carreira e assim possa contar com o apoio dos demais colegas da magistratura.

POSSE JUIZ RONALDO

Discursaram no ato de posse do juiz Ronaldo, os juízes Wanda Santi Cardoso da Silva (presidente do TRT-PR), José Mário Kohler (titular da 1ª Vara de Paranaguá) representando a Amatra-IX e o empossado.

A juíza Wanda da Silva disse ao juiz que encare a magistratura com sensibilidade e comprometimento.

Na ocasião, o juiz José Kohler saudou o juiz e desejou que trilhe um belo caminho na Justiça do Trabalho.

Para o empossado o dia 10 foi de grande importância, não só pela nova carreira que teve início, mas, segundo ele, pelo coroamento de esforços próprios, de familiares e de amigos. "Esse é o resultado de sacrifício, quando renunciei a bens materiais e a atenção à família. Tenho como compromisso dar o máximo de mim para fazer jus à carreira que assumo", finalizou.



1- Juíza-presidente Wanda discursa na posse do juiz Sandro. À frente Juízes, procuradores, advogados, servidores e convidados

2- Os juízes Morgana Richa (presidente da Amatra-IX), Eneida Cornel, o empossado Sandro de Souza, Wanda da Silva (presidente do TRT-PR) e José Aparecido dos Santos



Juíza-presidente Wanda discursa na posse do juiz Ronaldo. Acompanham o ato juízes, advogados, servidores e convidados

Os juízes Luiz Gunther (corregedor regional), Wanda da Silva, o empossado Ronaldo Piazzalunga e Rosalie Batista (vice-presidente do TRT-PR)

Juízes Eneida Cornel, o empossado Ronaldo Piazzalunga, José Kohler, José Aparecido, Célio Waldraff e juíza-presidente Wanda da Silva durante a posse

CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA EMPRÉSTIMO

| INSTITUIÇÕES | CONTATOS | FONES |
|-------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|
| Banco Real ABN Amro Bank | Cynthia Adriana | (41) 3322-6111 |
| Banco Alfa S/A | Mário Ribeiro da Silva | (41) 4501-3444 / 4501-3488 |
| Banco BMG S/A | José Eustáquio dos Santos | (41) 3221-4421 |
| Banco do Brasil S/A | Márcia V. Marcellino / Dolores Pilz | (41) 3310-7101 |
| Banco Sudameris do Brasil S/A | Ademir de Souza | (41) 3352-8844 |
| Caixa Econômica Federal | Rosana P. Ribeiro / Nereu Leineker | (41) 3310-7104 |
| Paraná Banco | Paulo Sérgio Moro | (41) 3028-9849 |

Ciclo de palestras com o ministro Dalazen abre oficialmente a Escola de Administração Judiciária

Ciclo de palestras com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) João Oreste Dalazen abre oficialmente os trabalhos da Escola de Administração Judiciária do Tribunal do Trabalho do Paraná, em 18 de março, às 10 horas. O magistrado falará, na ocasião, sobre Reforma do Poder Judiciário. A segunda palestra do ministro será em 10 de junho.

A Escola fica na Avenida Vicente Machado, 400 - térreo do Anexo Administrativo da Justiça do Trabalho em Curitiba.

O PALESTRANTE

João Oreste Dalazen nasceu em Getúlio Vargas (RS), em 12 de janeiro de 1953. Obteve graduação em Direito e pós-graduação em Direito, em nível de mestrado, pela Universidade Federal do Paraná. Foi procurador da Caixa Econômica Federal (1978/80). Em 1978 foi aprovado em 1º lugar no concurso público para promotor de Justiça substituto no estado do Paraná. Foi, ainda, juiz do Trabalho substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), de 1980 a 1982. Promovido, por merecimento, ao então cargo de juiz-presidente de Junta de Con-

ciliação e Julgamento, presidiu no Paraná, sucessivamente, as JCJs de Maringá, Guarapuava e 4ª de Curitiba. O ministro foi, ainda, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra-IX). Mediante promoção por merecimento, Dalazen foi juiz do TRT-PR de 1993 a 1996. Também por concurso público, foi professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1986/1989) e professor assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná até 2001. Atualmente é professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Desde julho de 1996 é ministro do TST.

A ESCOLA

A Escola Judiciária foi instalada em 5 de dezembro de 2005. Atuará diretamente junto a juizes e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná, no preparo quando do ingresso na carreira e durante toda a vida funcional. A finalidade básica da Escola atende a dois novos princípios da gestão do Judiciário: a formação permanente (oriunda das grandes corporações, que investem pesadamente na qualificação con-

tínua de seus próprios funcionários, dirigindo e ajustando as suas qualificações às novas demandas) e o aumento da qualidade dos serviços judiciários, para atenuar problemas de custos e morosidade. Serão realizados cursos, seminários, simpósios, encontros, debates e outras atividades, com um grau de coordenação, coerência e profissionalismo elevado e voltado para o atendimento dessas finalidades. A instituição funciona em área de 456,73 m². O local conta com auditório tendo capacidade para 98 lugares, concebido de acordo com modernas técnicas de conforto acústico; salas didática e de estar, secretaria com dois gabinetes e hall público, entre outras dependências. Os juizes do TRT Ney José de Freitas e Célio Horst Waldraff são, respectivamente, diretor e coordenador da Escola.

Em tempo: A exposição do juiz Altino Pedrozo dos Santos que teve lugar na Escola, em janeiro, não fez parte da grade de palestras, seminários e conferências da instituição. A explanação sobre Recurso de Revista foi realizada no local, por comportar salas para treinamento.

EVENTOS DA AMATRA-IX



REUNIÕES REGIONAIS

Representantes da diretoria da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (2004/2006), em fase de final de gestão, estão realizando reuniões regionais com juizes que atuam em diversas cidades do Paraná. Pretende-se, com isso, avaliar os últimos

anos de atuação da entidade e obter sugestões dos associados para a próxima equipe que irá conduzir os rumos da Amatra-IX. Em 3 de fevereiro, a reunião foi realizada no Fórum Trabalhista de Foz do Iguaçu; no dia 8, a cidade de Londrina recebeu os integrantes da Diretoria e, no dia 10, os juizes de Maringá e região participaram do evento. Em Curitiba, os magistrados discutiram a atuação da Associação no dia 17. Em 10 de março acontecem as eleições que irão definir os futuros integrantes da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes da Amatra-IX para a gestão 2006/2008. A posse da nova Diretoria será em 24 de março.



BIBLIOTECA INAUGURADA

As novas instalações recentemente reformadas da biblioteca da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná foram inauguradas no dia 17 de fevereiro. A atual gestão da Amatra-IX reformou toda a secretaria e, recentemente, o auditório da entidade, com espaço para 56 lugares. Esse trabalho, segundo a direção da entidade, teve por finalidade criar um ambiente de trabalho e estudo mais agradável ao associado.

Lançamento de livro

Foi lançada, em 10 de fevereiro, a obra "Dano moral e sua reparação no Direito do Trabalho", de autoria do juiz Mauro Vasni Paroski, titular da Vara de Porecatu. O livro, da editora Juruá, apresenta estudos sobre a conceituação, a natureza e a caracterização do dano moral, sob a perspectiva da doutrina da responsabilidade civil aplicada ao direito do trabalho. Examina as diversas hipóteses do cabimento de uma indenização por lesão a direitos da personalidade, os casos de exclusão da responsabilidade do agente causador do dano, alguns exemplos situados no âmbito do contrato de trabalho subordinado, comparações entre o direito nacional e o direito alienígena, análise dos critérios a serem adotados na fixação da reparação pecuniária e a controvérsia doutrinária e jurisprudencial que pai-



Os juizes Neide Akiko Fugivala Pedroso (3ª VT de Londrina) e Carlos Augusto Penteado Conte (juiz substituto) prestigiaram o lançamento do livro do juiz Mauro Paroski

ra sobre este aspecto da matéria. Oferece, ainda, um panorama sobre as questões processuais mais importantes.

Nova estrutura da área de saúde melhora ainda mais atendimento no TRT-PR

Como parte da expansão do TRT do Paraná em 2005, a Seção Médico-Odontológica e de Higiene e Segurança no Trabalho, que compõe o Serviço de Benefícios Institucionais/SRH, teve sua atuação ampliada, em Curitiba. A unidade passou a atender pacientes nas novas instalações do consultório médico na sobreloja do prédio-sede do Tribunal e no 5º andar do anexo administrativo.

Nos locais, magistrados e servidores dispõem de dois consultórios odontológicos, dois consultórios médicos e mais um ambulatorio, para atendimento diário das 8 às 20 horas. Paralelamente, o TRT do Paraná recebeu em seu quadro mais uma médica cardiologista, uma médica psiquiatra, uma odontóloga periodontista e quatro auxiliares de enfermagem, que vieram se somar aos dois médicos, dois odontólogos clínicos e cinco auxiliares componentes do quadro até o início de 2005.

Com isso, tornou-se possível a ampliação dos procedimentos que vinham sendo disponibilizados na área odontológica, incluindo-se tratamento periodontal e cirurgias de pequeno e médio porte, tais como exodontia de dente do siso incluso e cirurgias periodontais. Também na área médica, em razão da nova estrutura e da aquisição de novos equipamentos, entre eles um aparelho de eletrocardiograma, tornou-se possível a realização de vários tipos de exames: eletrocardiograma, colesterol, glicemia e triglicérides, essenciais para prevenção e controle da saúde cardiológica. O TRT adquiriu, ainda, dois aparelhos desfibriladores portáteis, cuja finalidade é prestar socorro imediato em caso de parada cardíaca.

Todas estas melhorias visam a efetivar um melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos na área de saúde do Regional paranaense, em consonância com os objetivos centrais da atual Administração.



Equipamento para tratamento odontológico disponibilizado no anexo administrativo do TRT-PR

INFORMATIZANDO

Secretaria de Informática do TRT-PR

SUAP obrigatório para as ações processuais

A portaria GP/SECOR/CI 8/2005 tornou obrigatório o uso do SUAP para todas as ações processuais para as quais haja previsão no sistema. Desta forma, o uso do Word ou do Excel só deve ocorrer quando o sistema não estiver disponível ou não houver programa correspondente àquela necessidade. Neste último caso, o fato deve ser comunicado à Secretaria de Informática, a fim de que providencie a solução para ocasiões futuras. Mas por que abrir mão dos textos produzidos em word, por exemplo? A resposta é simples: produtividade e segurança.

O SUAP, Sistema Unificado de Administração Processual, é a ferramenta para realizar não só o registro de movimentação dos processos, mas também a produção de documentos a eles relacionados, o que tem sido objeto de permanente cuidado e investimento. Com uma série de novas funcionalidades incorporadas nos últimos meses, o SUAP permite emitir correspondências (intimações, notificações e mandados), certidões, despachos, ofícios (genéricos ou específicos à CEF, INSS e Receita Federal), bem como cartas, certidões e termos.

Além de funcionalidades comuns a editores de texto, como opção pelo tamanho de fonte, possibilidade de reimpressão de documentos ou seu aproveitamento como base para a produção de outros impressos, na emissão de documentos a partir do SUAP o sistema ainda ajuda o

usuário, ao executar ou permitir executar as seguintes tarefas:

- Numerar os documentos automaticamente;
- Pesquisar pelo número do documento ou do processo;
- Verificar se o endereço está completo e consistente com o CEP;
- Inibir o uso de endereços cadastrados pelos Oficiais de Justiça como notoriamente errados;
- Sugerir o uso de endereços notoriamente corretos;
- Gerar os textos a partir de modelos dos usuários;
- Importar valores do SAT (novo e antigo);
- Alterar fase de processo, quando requerido;
- Gerar históricos referentes aos documentos produzidos;
- Aproveitar o texto dos despachos para emissão de correspondências e editais;
- Possibilitar utilizar auto-texto;
- Imprimir código de barras nos documentos, facilitando sua remessa ao correio, bancos e sala dos oficiais e a seleção de comprovantes de entrega para impressão;
- Pesquisar o endereço de Juízos Deprecados na emissão de cartas precatórias;
- Emitir relatórios de cartas precatórias emitidas e recebidas;
- Permitir intimação de partes, advogados, peritos, testemunhas e terceiros, aproveitando seu cadastro no SUAP;
- Imprimir uma ou todas as partes do

processo no cabeçalho das correspondências;

- Permitir transformar certidão e despacho em modelo para ser reutilizado;
- Contar prazos automaticamente;
- Listar as petições protocoladas do processo para seleção quando da conclusão;
- Emitir certidões de cumprimento de ordens de serviço;
- Emitir certidões de cumprimento do Provimento Geral da Corregedoria Regional (termos).

Portanto, utilizar o SUAP na produção de documentos significa mais do que dar cumprimento à determinação de seu uso contida na Portaria GP/SECOR/CI 8/2005, pois resulta em maior produtividade e segurança, e na criação de uma base de dados consistente, que auxiliará nos passos futuros do processo, em seu controle estatístico e de produção. Além disso, quanto mais o servidor usa o SUAP, mais pode contribuir para sua melhoria, criando um "ciclo virtuoso" que beneficia a todos.

Por último, vale lembrar que desde novembro de 2005 as atualizações no SUAP são feitas a cada 15 dias, com emissão de mensagens via e-mail, pela SI, dando conta das modificações implementadas, além das mensagens exibidas ao usuário na entrada de cada tela, quando há novidades desde seu último acesso. Acompanhe essas notícias para tornar seu trabalho mais agradável e produtivo.

Tabela nacional de conversão e atualização de débitos trabalhistas segue padrão do TRT-PR

A nova tabela para conversão e atualização de débitos trabalhistas, que é utilizada nacionalmente desde novembro de 2005, é a mesma implementada pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (chamada de FADT), acrescida de duas casas decimais.

Através da Resolução 8, de 27 de outubro de 2005, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho instituiu em 1º de novembro de 2005, para todo o Brasil, a Tabela Única de Conversão e Atualização de Débitos Trabalhistas.

A nova tabela é o resultado de uma proposta apresentada por comissão de técnicos de vários regionais, que optou pela escolha da implantada pelo TRT do Paraná como padrão a ser seguido, em razão de suas características e de seu *layout* (ilustração ao lado).

Contudo, esta mudança não trouxe maiores consequências, uma vez que a estrutura e os critérios técnicos da nova tabela são similares aos adotados na FADT. A principal novidade dessa

nova tabela consiste na apresentação dos fatores com nove casas decimais, ao invés das sete casas anteriormente utilizadas.

O diretor do Serviço de Economia (Secon) do TRT-PR, Juares Varallo Pont, alerta que as atualizações efetuadas com base na tabela FADT até 31 de outubro de 2005 estão validadas. “Entretanto, as atualizações efetuadas a partir de 1º de novembro de 2005 deverão utilizar a Tabela Única, o mesmo ocorrendo com os cálculos de liquidação efetuados a partir da mesma data”, acrescenta. O diretor do Secon informa, ainda, que a tabela de fatores diários *pro rata* continuará sendo publicada no Boletim Econômico do TRT-PR, assim como os exemplos de aplicação da tabela de atualização.

Dúvidas sobre a utilização da nova tabela podem ser sanadas junto ao Serviço de Economia do TRT-PR através do e-mail secon@trt9.gov.br, ou pelo telefone (41) 3310-7132.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL - JUSTIÇA DO TRABALHO
TABELA ÚNICA PARA ATUALIZAÇÃO E CONVERSÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS
LEI Nº 10.908 DE FEVEREIRO DE 2004 - PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 22º DO
ARTIGO 7º DO CONSTITuintE DE 1988

Voluntariado

Voluntários garantem instituição para menores

Há cerca de 22 anos funciona em Almirante Tamandaré a Casa do Caminho, que fornece apoio a uma das regiões mais carentes do entorno metropolitano de Curitiba. A estrutura conta com uma creche que atende a 60 crianças, um centro de estudos, cursos de artesanato e profissionalizante de informática, aulas de evangelização, assistência social, grupo de orientação sobre alcoolismo, entre outros trabalhos. No total são assistidas cerca de 180 crianças, oriundas de famílias de baixa renda da região.

Atuando como uma espécie de Relações Públicas da entidade, além, é claro, de trabalhar como voluntária da Casa, Aristéia Moraes Ráu, do gabinete do juiz Napp, arrecada doações e divulga as ações da entidade, com a ajuda de outras colegas, entre elas Jacqueline Antero Ferrari, Sandra Tramontin e Angélica Juste Camargo. Como exemplo do sucesso desse trabalho, um terço da necessidade mensal de leite da Casa do Caminho é bancado pelos funcionários dos gabinetes dos juízes Luiz Celso Napp e Arnor Lima Neto.

Mas para conseguir atingir o objetivo de manutenção da entidade, “tem que correr atrás”, diz Aristéia. A realidade é que a instituição depende principalmente de doações e do trabalho voluntário, por isso tem sido essencial a colaboração dos funcionários do Tribunal. Ela citou que no último Natal todos os presentes recebidos pelas crianças carentes foram fruto da doação dos servidores do TRT da 9ª Região.

Tudo isso é importante, pois para ela “a crian-

ça é a base da sociedade”, e com o trabalho social focado nelas “teremos menos criminalidade, menos pessoas fora da estrutura de inclusão social”. Além disso, “o trabalho com crianças” na instituição, “não se restringe à criança mas também à família”, pois são dadas orientações sobre controle de natalidade, combate a violência na família, alimentação e higiene.

Aristéia frisa que a idéia não é prestar “assistencialismo”, a não ser em casos de emergência, de subnutrição. O objetivo é dar futuro às crianças atendidas, com ênfase na cidadania e na educação. Ela afirma, inclusive, que a Casa é pioneira na educação de “todos os valores que formam o caráter das pessoas”.

Ainda de acordo com Aristéia, o trabalho de voluntariado também tem outra face, pois “quando você vai para o trabalho social esquece os próprios problemas”. Demonstra ser estimulante a sensação de que “se consegue modificar o futuro dessas crianças”, proporcionando a elas “confiança na vida”. “A maioria dos servidores do Tribunal tem um trabalho estressante. Nós que lidamos diretamente com o processo ficamos até meio solitários, porque é um trabalho de pesquisa muito intimista. E o trabalho voluntário faz você sair de você mesmo, trazendo alegria e bem-estar”, afirma.

Ela salienta, ainda, que o respeito da comunidade também conta muito, tanto que apesar de localizar-se em uma região violenta, jamais houve furtos ou assaltos. “A Casa do Caminho está inserida na comunidade” e “como a instituição cla-



Aristéia, Sandra, Jacqueline e Angélica (foto acima) são voluntárias na Casa do Caminho, que atende 180 crianças carentes de Almirante Tamandaré (foto abaixo)

ramente leva recursos para o bairro e região, até hoje não sofreu esse tipo de problema; ao contrário, as pessoas cuidam”. Agora, “temos o sonho de montar uma padaria”, pois seria possível proporcionar alimento a preço de custo e ainda formar futuros padeiros entre as crianças.

No entanto, ela acredita que o objetivo final não é só proporcionar alimento ou educação, mas também amor. “A gente acha que o afeto não é uma coisa importante, mas hoje toda a psicologia comportamental está demonstrando a importância da pessoa ser bem estruturada psicologicamente. Os outros desafios da vida podem ser superados gradativamente”, conclui.

Informações sobre a Casa do Caminho pelo telefone (41) 3657-4662, site www.casadocaminho.org.br ou pelo e-mail contato@casadocaminho.org.br.

Perfil

Às vezes formiga, às vezes cigarra

Teimosias próprias da infância levaram Rosi Aparecida de Carvalho, servidora lotada na 1ª Vara do Trabalho de Guarapuava, a descobrir muito cedo sua vocação: o canto. Ela lembra que, juntamente com seus irmãos, e incentivada por seus pais, começou a participar de corais na escola e na igreja, desde os cinco anos de idade. “Como eu era um pouco estridente, meus irmãos pediam para que eu me calasse, mas quanto mais o faziam, mais eu cantava, até que um deles, vencido pelo cansaço, me ofereceu um curso de canto com a melhor professora da cidade”, recorda, divertida. Foi a deixa para que aflorasse de vez essa inclinação.

Apaixonada por música romântica, gospel e clássica italiana, ela canta

em casamentos e eventos congêneros de sua cidade. Também compõe suas próprias canções e participa de concursos musicais.

Casada, mãe de um filho e com outro a caminho, a guarapuavense Rosi integra o quadro funcional da Justiça do Trabalho do Paraná há 11 anos, conciliando perfeitamente seus lados formiga e cigarra. Diz que o trabalho como funcionária pública não lhe proporciona a mesma satisfação pessoal que o canto, mas é o que a viabiliza.

E embora não tenha a pretensão de auferir lucros com sua arte, a colega já até gravou um CD demonstrativo, que pretende divulgar tão logo obtenha os necessários recursos financeiros. “Cantar é o que me realiza. Quando alguém se emociona com a minha música, en-

Rosi Aparecida de Carvalho



Rosi Aparecida de Carvalho em uma de suas apresentações

tão, sinto-me plenamente feliz. Sou grata à minha atividade na Vara do Trabalho, porque me possibilita exercer essa paixão durante meu tempo livre. Afinal de contas, correr atrás daquilo que nos completa é tudo o que importa”, diz, com convicção.

Prata da Casa

Origami

Arte e técnica da dobradura de papel

Foi aberta, em 17 de fevereiro, a vigésima-quinta exposição do projeto cultural “Prata da Casa” do TRT-PR, no hall de acesso à Biblioteca. A mostra de origami, do servidor do Tribunal do Trabalho do Paraná, Luiz Eduardo Hirata, permanecerá até 16 de março.

Paranaense, natural de Paranavaí, mas radicado em Curitiba desde abril de 1993, é bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá. Ingressou no TRT-PR em 1988. Atualmente está lotado no gabinete da juíza

Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu no cargo de assessor assistente.

Estão expostos nove trabalhos em origami, arte milenar de origem japonesa que tem como base a criação de formas através da dobradura de papéis, sem o uso de cortes. “Optei por utilizar apenas um ‘elemento’, ou seja, apenas uma dobradura. Cada quadro contém cerca de 200 dobraduras. É na forma de dispô-las que

exerço minha criatividade. Também optei apenas pelo papel artesanal japonês, além de acrescentar à composição fios de aço encapado e algumas colagens”, esclarece Hirata.

Saber que as pessoas têm gostado das novas propostas de apresentação do origami e das composições que ele desenvolve, tem motivado Hirata a continuar expondo, o que faz desde 2003. Em dezembro daquele ano participou da exposição coletiva “Por um Mundo Menor” (Secretaria

de Cultura do Estado do Paraná – Sala do Artista Popular). Em 2004 foi na Casa-Cor – Paraná (ambiente – quarto oriental) que expôs seu trabalho. A capital de São Paulo, de agosto a outubro de 2005, também pôde conferir o talento de Hirata na coletiva “Trabalhos em papel japonês”, que ocorreu na organização não governamental Espaço Aprendiz (presidida pelo jornalista Gilberto Dimenstein). De dezembro de 2005 a janeiro de 2006 teve sua expo-



Alguns dos trabalhos em origami que fazem parte da mostra



O expositor (segundo à esquerda) com as juízas Rosalie Michaela Bacila Batista (vice-presidente do TRT-PR), Fátima Teresinha Loro Ledra Machado e Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu, e o assessor da Direção-Geral Jorge de Lima Filho

sição individual no Bar Folha Seca, em Curitiba.

Da prática do origami, Hirata ressalta aos interessados: “Acentua a destreza manual, paciência e criatividade”. E sugere: “Não desanime quando uma dobradura não ficar a contento, persista em repeti-la, pois, nada se iguala ao contentamento de atingir um objetivo”. E conclui: “Assim como no origami, é a perseverança que permitirá que permaneçamos ‘em pé’. Não devemos desanimar no ‘primeiro tombo’ ...”.

O projeto “Prata da Casa” visa a incentivar a produção cultural de juizes e servidores da Justiça Trabalhista do Paraná. Confira as exposições e/ou participe expondo. Outras informações: (41) 3310-7309 – Assessoria de Comunicação.